



Senado Federal

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

## ATA DA 7ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião, **da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 302, de 2014 – SF**, realizada em 03 de junho de 2014, às 10 horas e 21 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo** e com a presença dos Senadores: **Aníbal Diniz, José Pimentel, Antônio Carlos Rodrigues, Vanessa Grazziotin, e Humberto Costa**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Valdir Raupp, Acir Gurgacz, João Alberto Souza, Ciro Nogueira, Cyro Miranda e Gim**. Presente, também, o Senador não-membro **Wellington Dias**. Na oportunidade, foram realizadas as oitivas dos Srs. Luis Carlos Moreira da Silva, ex-gerente Executivo Internacional da Petrobras; e Sr. Pedro Aramis de Lima Arruda, Gerente de Segurança Empresarial da Petrobras. Após sua aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 302, de 2014.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva dos Srs. Luis Carlos Moreira da Silva, ex-Gerente Executivo Internacional da Petrobras, e Pedro Aramis de Lima Arruda, Gerente de Segurança Empresarial da Petrobras.

No transcorrer do depoimento, serão obedecidas as normas que V. Ex<sup>as</sup> já conhecem com relação ao depoente, que terá 20 minutos para sua exposição, podendo ser acrescidos por decisão desta Presidência, cinco minutos para as interpelações.

Pela ordem, Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, na semana passada, nós aprovamos vários requerimentos, entre eles um requerimento da minha autoria que convocava o ex-Diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa.

Gostaria de saber se V. Ex<sup>a</sup> já agendou uma data para esse depoimento, que me parece ser um importante depoimento para o esclarecimento dos fatos que dizem respeito a esta CPI.

É apenas essa a minha consideração, a minha indagação.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Esta Presidência determinou à Secretaria a convocação do Sr. Paulo Roberto para o próximo dia 10, às 10h15.



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Presente o Dr. Luis Carlos Moreira da Silva, Gerente Executivo Internacional de Desenvolvimento de Negócios da Petrobras. Ele assinou, em 2006, o Documento Interno do Sistema Petrobras (DIP), para a Diretoria Executiva, no que diz respeito à aprovação da compra dos primeiros 50% de Pasadena.

Com a palavra o Sr. Luis Carlos Moreira da Silva, para a sua exposição inicial.

**O SR. LUIS CARLOS MOREIRA DA SILVA** – Bom dia a todos.

Eu queria saudar o Presidente da Comissão, o Senador Vital do Rêgo, o Vice-Presidente, Senador Antonio Carlos Rodrigues, o Relator, o Senador José Pimentel, e os demais membros da Comissão.

Eu gostaria de iniciar falando um pouco do meu currículo não só na Petrobras, mas também na minha vida profissional. Eu sou engenheiro mecânico, formado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1974. Ingressei na Petrobras em janeiro de 1975, através de concurso público nacional, no cargo de engenheiro de equipamentos. Fiz o curso de pós-graduação *lato sensu* na área de Engenharia de Equipamentos, durante os primeiros dez meses na Petrobras. Esse curso era obrigatório para todos os engenheiros que haviam entrado na Petrobras. Caso fosse reprovado durante esses dez meses, seria demitido da empresa. Naquela época da ditadura, era permitido esse tipo de relação. Hoje não seria mais.

Trabalhei os primeiros anos na área de refinação, na Refinaria Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, e depois no chamado Departamento Industrial, que era a área da Petrobras que tratava da área de refino das refinarias da Petrobras. Entre 1980 e 1982, eu fui coordenador dos projetos de economia de energia nas refinarias da Petrobras, onde fizemos um extenso programa de economia da energia. Naquela época, isso era prioridade face ao aumento brutal do preço do petróleo naquele momento – o preço do petróleo aumentou de US\$4 para US\$30, em 1980. Em 1984, eu fui convidado para trabalhar na área de processo. E aí eu tive que fazer um novo curso de pós-graduação na área de processo e tive novamente que me submeter às provas e às avaliações juntamente com os jovens que estavam integrando a companhia naquele ano. Participei das equipes de projeto das REVAMPs. REVAMPs são as ampliações e alterações que nós fazemos nas unidades para permitir o processamento de um petróleo diferente, ou mais leve ou mais pesado, em seis refinarias de Petrobras.



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

Essas REVAMPs foram necessárias na década de 80 em face da entrada dos petróleos da Bacia de Campos. Isso, depois vamos ver que, nos anos 1990 e 2000, vai ser necessário quando entram os petróleos pesados da Bacia de Campos. Nesse momento, eram os primeiros petróleos da Bacia de Campos que não eram tão pesados, mas já eram bem diferentes dos petróleos para os quais as refinarias tinham sido projetadas naquela época.

Em 1985, houve um incêndio que destruiu uma unidade completa da Refinaria Presidente Bernardes em Cubatão e que deixaria a refinaria parada por quase um ano. Então, foi chamada uma equipe, da qual me orgulho de ter participado, que conseguiu, com adaptações que fizemos nas demais unidades, pequenas modificações e um pequeno projeto, conseguimos recuperar a capacidade de refino da refinaria em apenas três meses. Recebi um elogio da direção da Petrobras naquele momento.

Tive também uma carreira acadêmica. Fui professor das cadeiras de Fornos e Caldeiras nos cursos de pós-graduação da Petrobras. Fui professor da cadeira de Equipamentos Industriais na Universidade Federal do Rio de Janeiro durante 12 anos. Depois, na carreira gerencial, fui gerente da área de Destilação de Petróleo, fui gerente da área de Termelétricas, fui gerente de Instalações na área internacional e, finalmente, fui gerente executivo de Desenvolvimento e Negócios na área internacional, vindo a me aposentar em 2008, portanto, tendo trabalhado 34 anos na empresa.

Bem, estou à disposição, então, para as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Feitas as apresentações do Dr. Luis Carlos Moreira, sua passagem pela empresa, passo a palavra ao Sr. Relator para as suas perguntas iniciais.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, para facilitar os trabalhos do depoente, vou passar para ele também os quesitos que vou fazer, para que ele não tenha que anotar todos, e, com isso, dar economia de trabalho.

Eixo refinaria de Pasadena.

Sr. Luis Carlos Moreira, vamos trabalhar com V. S<sup>a</sup> os quesitos voltados para a aquisição dos 50% iniciais de Pasadena.

Sobre a estratégia de internacionalização da Petrobras: desde quando a Petrobras buscava adquirir refinaria no exterior? Quais razões levaram a Petrobras a tomar essa decisão?

V. S<sup>a</sup> acompanhou a compra e venda da Refinaria de San Lorenzo, na Argentina, em 2010? Por que ela foi comprada e por que foi vendida?

Em 2001, a Petrobras promoveu a troca de ativos com a Repsol, visando ao controle da Refinaria de Bahía Blanca, na Argentina. Essa operação



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

teria dado prejuízo de US\$2,5 bilhões à Petrobras. O tema está ajuizado, pendente de julgamento de recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça. V. S<sup>a</sup> acompanhou essa operação? A compra da Repsol fez parte da estratégia de internacionalização da Petrobras? Por que a troca de ativos foi judicializada?

São essas, Sr. Presidente, o primeiro bloco de perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Passo a palavra ao Sr. Luis Carlos Moreira, para responder ao primeiro bloco de perguntas.

**O SR. LUIS CARLOS MOREIRA DA SILVA** – A primeira pergunta, desde quando a Petrobras buscava adquirir refinarias no exterior e quais razões levaram a Petrobras a tomar essa decisão, na verdade, essa decisão veio como uma consequência do Plano Estratégico da Petrobras do ano de 1998, ainda no governo anterior, no governo FHC, onde se previa que a quebra do monopólio no Brasil iria causar uma perda de mercado para a Petrobras. Esse era o julgamento. Então, a maneira de compensar essa perda de mercado interno era exatamente aumentando as atividades no exterior.

A Petrobras já tinha atividades no exterior através da Braspetro. Era uma subsidiária voltada para exploração de petróleo que tinha sido criada na década de 70 ainda. Mas, nos anos 90, especialmente em 98, decidiu-se, então, voltar a ter uma atividade intensa na área internacional.

Então, as razões que levaram a isso eu já mencionei. Quer dizer, a principal razão era a ideia de que haveria uma perda de resultado para a empresa, dentro do Brasil, na medida em que se abriu o monopólio e iam entrar outras empresas que iam ocupar espaço dentro do Brasil.

À segunda pergunta – "V. S<sup>a</sup> acompanhou a compra e venda da Refinaria de São Lourenço?" –, não, não acompanhei, até porque neste momento, em 1998, quando começou a ser criado isso, etc., essa atividade, eu não estava ainda na área internacional.

Em 2001, a Petrobras promoveu a troca de ativos com a Repsol, visando ao controle da Refinaria de Bahía Blanca. Eu também não estava na área internacional, naquele momento, e não sei responder as perguntas que foram colocadas. O tema está judicializado, porque a troca de ativos foi judicializada e eu não saberia responder; não estive próximo disso.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, o segundo bloco é sobre a negociação com a Astra para a compra de Pasadena.

À época das negociações para a compra de Pasadena, em 2005 e 2006, que cargo V. S<sup>a</sup> ocupava na Petrobras?



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

O que despertou interesse da Petrobras pela refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos?

Quando começaram as negociações entre a Petrobras e a Astra, não havia, na época, outras refinarias com capacidade de refino e demais características das de Pasadena que pudessem ser adquiridas em condições mais vantajosas?

A negociação sobre a compra de Pasadena foi conduzida pela diretoria internacional. V. S<sup>a</sup>, como gerente executivo, participou das negociações?

De quem partiu a iniciativa de viabilizar a parceria? Foi da Petrobras ou da Astra?

Quais eram os termos da carta da Astra recebida pela Petrobras, em 23 de fevereiro de 2005?

Qual o interesse da Astra em firmar parceria com a Petrobras?

Em 27 de março de 2005, a Petrobras e a Astra assinaram um acordo de confidencialidade. Quem assinou o acordo em nome da Petrobras? O que constava desse acordo?

Em 4 de maio de 2005, a Petrobras e a Astra assinam um memorando de entendimento. Quem assinou o memorando em nome da Petrobras? O que constava desse documento?

Entre a assinatura do acordo de confidencialidade, em 27 de março de 2005, e o memorando de entendimento, em 4 de maio de 2005, transcorreram exatos 38 dias. Esse prazo não seria muito curto para maturar uma operação dessa envergadura? Por que a pressa? Há notícias de que, entre o acordo e o memorando, uma equipe técnica da Petrobras teria visitado a refinaria de Pasadena. Essa informação é correta? V. S<sup>a</sup> integrou essa equipe? Quem integrou essa equipe? Quais foram as conclusões dessa equipe?

São essas, Sr. Presidente, as perguntas desse bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Passo a palavra ao Dr. Luis Carlos.

**O SR. LUIS CARLOS MOREIRA DA SILVA** – Muito obrigado.

À época das negociações para a compra de Pasadena, em 2005, o cargo que eu ocupava era de gerente executivo de desenvolvimento de negócios na área internacional. Era exatamente a gerência que seria responsável por negociar essa aquisição. Então, eu era o gerente da área responsável por essa aquisição.

O que despertou o interesse da Petrobras pela refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos?



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

Na verdade, a busca de aquisição de refinaria nos Estados Unidos já vinha desde algum tempo. Então, quando eu cheguei à área internacional, em 2003, já havia, por parte da própria área internacional, um estudo, uma lista de refinarias em que havia interesse, que foi reduzida depois.

Era uma lista de dez, depois fomos reduzindo, até que ficamos com três refinarias. Além da refinaria de Pasadena, havia a refinaria Lyondell e a refinaria de Aruba. Então, fizemos uma redução, até que chegamos a essas três e procuramos os proprietários dessas três refinarias.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com relação, Sr. Presidente, às dez refinarias além das três já faladas, o senhor se lembra dos nomes delas?

**O SR. LUIS CARLOS MOREIRA DA SILVA** – Eu me lembro de algumas. Tem uma refinaria no norte, no Canadá, chamada Come by Chance; tem uma refinaria em Montana, chamada Montana Refinery Corporation; há uma refinaria em Oklahoma.

Nós abandonamos essas outras refinarias exatamente pela dificuldade de chegar com o petróleo brasileiro. Era importante que as refinarias estudadas, escolhidas... O nosso objetivo era adquirir a refinaria para que ela processasse o petróleo nacional. Então, era preciso que ela fosse próxima da costa, para que pudesse o navio chegar. Por exemplo, a refinaria de Montana está no centro, dentro dos Estados Unidos, não tem como a gente fazer. Então, nós fomos eliminando e chegando às refinarias que fariam sentido na nossa estratégia de processar o petróleo pesado brasileiro nos Estados Unidos e vender os produtos no mercado. Entre os melhores mercados de venda de derivados estão a área de Nova York, a área de Roterdã, na Holanda, e o Japão. São as três áreas onde você tem os melhores preços de venda de derivados.

A refinaria de Pasadena tinha como vantagem, além de estar na beira do canal de chegada do navio em Houston, estar conectada com um oleoduto que liga Houston a Nova York, chamado Colonial Pipeline. Esse Colonial Pipeline é um oleoduto que permitia que uma refinaria, ainda que no Estado do Texas, se beneficiasse de vender os seus produtos no melhor mercado americano. Isso foi o que mais nos atraiu, antes de conhecer os donos, os proprietários da refinaria. A refinaria de Pasadena tinha essas duas vantagens principais. A terceira vantagem era que ela tinha espaço para ampliação, para que a gente pudesse instalar as unidades necessárias para processar o petróleo nacional. Por exemplo, a refinaria de Lyondell foi abandonada exatamente por isso. Ela já estava com a área totalmente tomada, então não tinha como a gente construir uma nova unidade. Então, a gente foi eliminando por um critério técnico, até chegar às duas refinarias, que foram Pasadena e Aruba.



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

Aruba, embora não seja nos Estados Unidos, é uma refinaria cuja propriedade, na época, era da Exxon, grande empresa internacional. Essa refinaria de Aruba já chegou a ser a maior do mundo, nos anos 50. Essa refinaria supriu durante a Segunda Guerra Mundial, etc. Tem uma história grande, Aruba. Mas Pasadena nos pareceu mais interessante exatamente pelo fato de estar nos Estados Unidos, de estar conectada à Pipeline.

Uma outra questão importante, que despertou interesse assim que nós começamos a conversar com os proprietários, era descobrir que a Astra só tinha experiência de *trading*. Era uma empresa de *trading*. O que é *trading*? É comercialização. Comprar produtos prontos e vender produtos prontos. Comprar petróleo, vender petróleo, etc. E ela tinha acabado de adquirir essa refinaria e precisava de uma empresa, de um sócio, que detivesse a tecnologia de operar uma refinaria, que eles não tinham. Então, ali houve um casamento de interesses, porque nós estávamos tentando entrar nos Estados Unidos, onde é necessário ter uma *trading* experiente, e nós não éramos uma *trading* experiente nos Estados Unidos. Então, o sócio era interessante para nós, e nós éramos interessantes para o sócio, porque tínhamos uma experiência de doze refinarias no Brasil, etc.

Era exatamente o que eles queriam. Então, isso foi o que mais nos atraiu no início, para escolher a refinaria de Pasadena.

Um segundo ponto é que começamos a dizer que nos interessaria adquirir 100% da refinaria. E eles, desde o primeiro momento, disseram que não queriam vender 100% da refinaria, que tinham interesse em permanecer, mas não com 100%. Ou seja, eles queriam reduzir a sua participação, mas não abaixo de 50%, para não ficarem minoritários e não terem força no acordo de acionistas para modificar as decisões da companhia. Então, eles queriam no mínimo 50%. Esse foi o início das conversas.

A partir dessa conversa que tivemos com eles, pedimos, então, que mandassem uma carta para o Presidente da Petrobras, formalizando essa reunião, quer dizer, dizendo "Estamos interessados em negociar com a Petrobras uma parceria para a refinaria de Pasadena".

Quando começaram as negociações? Foi logo a seguir dessa carta. O presidente da Petrobras recebeu a carta e nos autorizou a iniciar realmente as negociações. Então, formamos uma equipe, como era praxe na Petrobras, e acredito que é até hoje – digo "era", porque já estou, há seis anos, fora da empresa, mas acredito que continue sendo assim –, formamos, então, uma equipe multidisciplinar. Para uma aquisição, é necessário ter uma equipe técnica, uma equipe jurídica, trabalhista, tributária, de segurança, enfim, multidisciplinar. É uma equipe que... Não há como se fazer uma aquisição, olhando-se só um desses aspectos. É preciso ter uma visão completa. E muitas vezes era necessário, além



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

das próprias equipes da Petrobras, buscar consultorias externas, que pudessem reforçar esse trabalho.

Por exemplo, na área técnica, nós contratamos a Muse Stancil, uma empresa que faz as simulações de resultados da maioria das refinarias e petroquímicas em Houston, uma empresa bastante conceituada. Nós utilizamos, então, essa empresa, que, além do simulador, tinha uma previsão de preços. Todo mês, ela faz uma atualização da previsão de preços, chamada *forward curve*, curva futura de preços, seja do petróleo, seja dos derivados, etc. Então, essa foi uma delas.

Na área jurídica, nós contratamos um grande escritório também de Houston, chamado Thompson & Knight, que deu o apoio para a equipe jurídica da Petrobras, apoio de um escritório internacional, acostumado a redigir, discutir contratos na legislação americana, porque, se é uma empresa americana, tem de ser feito na legislação local.

E buscamos o apoio de outras consultorias na área financeira, inclusive, a famosa consultoria que pedimos ao Citibank, para que fizesse uma avaliação do negócio. Na verdade, a consultoria do Citibank foi uma das últimas coisas que fizemos, antes de levar à diretoria a proposta de aquisição.

A negociação da compra de Pasadena foi conduzida pela Diretoria Internacional, e eu, como gerente executivo, participei das negociações. Na verdade, eu tinha como coordenador desse grupo de aquisição um gerente da minha gerência, que foi quem escolhi para ser o coordenador dessas atividades, até porque precisava se ausentar do Brasil.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Qual é o nome dele?

**O SR. LUIS CARLOS MOREIRA DA SILVA** – Rafael Comino.

O Comino passou muitas semanas, nos Estados Unidos, fazendo reuniões etc., acompanhando todo esse trabalho.

Como eu não me dedicava somente à aquisição de Pasadena, nesse mesmo momento, a minha gerência de desenvolvimento de negócios abrangia todas as áreas da Petrobras, isto é, não só a área de refino, como a área de exploração e produção internacional, não no Brasil, fora do Brasil, e a área de gás e energia.

Então, na área de exploração, só para mencionar os outros afazeres que eu tinha, diferentes de Pasadena, quando eu assumi essa gerência, a Petrobras atuava em sete países, fora o Brasil, na área de exploração. Ou seja, tínhamos ativos de exploração de petróleo em sete países, e, quando eu saí, nós já estávamos em 25 países. Ou seja, nós crescemos enormemente a área de exploração em diferentes países.





*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

Esse crescimento é feito através de licitações, como no Brasil, onde a ANP abre os leilões. A maioria dos países fazem, exatamente a mesma coisa. Isso não é feito por negociação direta, isso é feito abrindo uma negociação ampla com as empresas internacionais.

Então, isso era o que mais me ocupava naquele momento, porque era o centro das atenções nossas, da Petrobras. Nós queríamos crescer na área de exploração também fora do Brasil.

De quem partiu a iniciativa de viabilizar a parceria? Bom, essa reunião, primeira reunião em que nós conversamos com a Astra, verificamos que havia uma relação ganha-ganha, porque nós estávamos procurando um *trader* de sócio e eles estavam procurando um operador de refinaria de sócio. Então, havia, aí, uma complementariedade, que pareceu que haveria um interesse de ambas as partes de ter essa parceria. Então, na verdade, foi um consenso de que a parceria seria um bom negócio.

A pergunta sobre a carta da Astra, do dia 23 de fevereiro de 2003, na verdade, retratava exatamente isso que nós estamos falando aqui. Quer dizer, retratava o que nós discutimos na reunião e fazia uma proposta, exatamente, de parceria. Ela não propunha vender 100%, mas propunha, exatamente, fazer uma parceria em que ela, desde aquele momento, já dizia que queria ter uma participação mínima de 50%.

Depois, uma pergunta sobre o acordo de confidencialidade. O acordo de confidencialidade é o primeiro documento que se assina em qualquer negociação com uma outra empresa, porque, na verdade, a gente está franqueando à empresa uma série de dados da companhia e vice-versa, a outra empresa está franqueando para nós.

Então, isso era uma rotina, de modo que eu confesso que eu não me lembro. Provavelmente, fui eu que assinei esse acordo de confidencialidade, mas era tão comum que eu não teria certeza, hoje, se que fui eu que assinei. Mas isso era uma praxe, em qualquer início de aquisição, era obrigatório assinar o acordo de confidencialidade, para proteger os dados que estavam sendo fornecidos.

No dia 4 de maio de 2005, então, foi assinado o memorando de entendimento. Quem assinou o memorando de entendimento em nome da Petrobras e o que constava? Esse memorando de entendimento é um documento que se assina depois que ambas as partes já chegaram à conclusão de que existe um interesse, confirmam interesse, e propõem o que vai ser feito até a aquisição.

Então, o que o memorando de entendimento faz, diferente do que parece que é o entendimento aqui da Comissão, é que o memorando de entendimento seria um documento vinculante. Não é. O memorando de entendimento são as duas partes dizendo: nós concordamos, a partir de agora, em



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

seguir a seguinte relação de atividades. Então, nós vamos fazer isso do lado da Petrobras, isso do lado da Astra, e pretendemos chegar a esse acordo, nesse prazo. Para isso, nós vamos precisar fazer uma *due diligence* da área de pessoal, uma *due diligence* da área técnica, uma *due diligence* da área financeira etc.

Então, o que o memorando de entendimentos faz é uma descrição de todas as atividades que serão feitas até o momento em que você diz: "Sim. Chegamos à conclusão de que queremos fazer o negócio." Então, a assinatura do acordo de confidencialidade... Já estou pulando para a pergunta seguinte: entre a assinatura do acordo de confidencialidade e o memorando de entendimentos transcorreram 38 dias. Não seria muito curto para maturar uma operação?

Acho que aqui há um engano. O memorando de entendimentos não retrata nenhuma maturação. A maturação vai se dar realmente com o acordo de compra e venda das ações. O acordo de compra e venda das ações é que realmente vai transformar uma negociação em um compromisso. No memorando de entendimentos, ambas as partes dão o conhecimento que precisa ser feito até que chegue a esse ponto. Então, acho que não é curto até porque não é para maturar. É apenas para nós dizermos: olha, os próximos passos são esses.

Há notícias de que, entre o acordo e o memorando, uma equipe técnica da Petrobras teria visitado a refinaria. É verdade, visitou. Eu participei, fui um dos que participaram dessa visita. Na verdade, eu já tinha feito uma primeira visita quando foi criado esse grupo, esse grupo era constituído de pessoas da área técnica, da área de segurança, da área de pessoal, recursos humanos, que foram trazidos da própria Petrobras, das áreas de refino no Brasil para visitar e comparar, inclusive, o que a gente tinha lá com o padrão que se tinha nas nossas refinarias no Brasil.

As conclusões dessa equipe é que essa refinaria estava adequada para a aquisição. No entanto, os padrões de conservação etc. da refinaria, comparados com os padrões de conservação do Brasil eram diferentes. Ou seja, a Petrobras sempre teve o cuidado de manter as suas instalações em boas condições. Mesmo quando você parava uma unidade, antes de parar você dava uma revisão nessa unidade para que ela não representasse um risco.

Já no caso da Astra, havia uma unidade – e foi o que chamou a atenção nesse relatório – que tinha sido parada há mais de dez anos e que permanecia exatamente no mesmo lugar, sem nenhum cuidado com a... Depois, nós descobrimos, visitando outras refinarias, que isso era mais ou menos o padrão nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, você só investe dinheiro se aquilo voltar para você, se houver um retorno em benefícios.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) –  
Próximo bloco, Presidente.



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Próximo bloco, Sr. Relator.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre a compra de Pasadena pela Astra, eu gostaria de retroagir um pouco no tempo.

A refinaria de Pasadena foi fundada em 1920 pela Crown. Em 2004, a Crown vendeu a refinaria para a Astra. As negociações haviam sido feitas no segundo semestre de 2004, e a Astra assumiu o controle em janeiro de 2005. Está correto?

Quanto a Astra pagou pelos ativos da refinaria?

Esse valor era compatível com o mercado?

Quanto a Astra investiu na refinaria antes da parceria com a Petrobras?

A Astra assumiu o controle de Pasadena em janeiro de 2005 e, na sequência, em fevereiro, iniciou as tratativas para a venda da refinaria à Petrobras. A Petrobras não achou estranha essa atitude da Astra?

A Astra teria comprado Pasadena apenas para especular?

É esse, Sr. Presidente, o bloco aqui formulado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Luis Carlos.

**O SR. LUIS CARLOS MOREIRA DA SILVA** – A primeira pergunta diz respeito ao histórico da refinaria de Pasadena, que foi fundada em 1920.

A primeira coisa que pode parecer aos senhores é que sendo uma refinaria fundada em 1920 já estamos comprando uma refinaria já ultrapassada etc. O que se verifica na indústria do refino é que as refinarias vão sendo gradualmente adaptadas às novas tecnologias.

Quer dizer, diferentemente, por exemplo, da petroquímica, em que determinadas rotas de produção de um petroquímico se tornam obsoletas, às vezes muito rapidamente, esse é um dos grandes riscos da indústria petroquímica. Estou falando talvez um jargão, quer dizer a diferença entre a indústria petroquímica e a indústria de refino. A indústria petroquímica é a que vai fazer plástico, que vai fazer esse tipo de produto. E a indústria de refino vai fazer gasolina, diesel etc.

A indústria petroquímica, essa sim, a tecnologia está sempre no limiar, sempre surgindo uma nova tecnologia. Então, são investimentos altos, porque você não teve tempo de maturar ainda a pesquisa que levou a isso e, ao mesmo tempo, o risco de você se tornar obsoleto é muito grande.

Na indústria de refino, as modificações são mais lentas. A indústria de refino é uma indústria mais conservadora. Para se ter uma ideia, por exemplo,



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

a primeira unidade de refino da destilação, por exemplo de Cubatão, da refinaria de Cubatão, que começou a funcionar em 1955, está lá funcionando até hoje. É a mesma unidade? Não. Sofreu inúmeras modificações que foram sendo feitas pela Petrobras à medida que a tecnologia evoluía. Então, hoje, a refinaria de Cubatão tem uma unidade obsoleta de destilação? Não. Nós temos uma unidade moderna em função de sucessivas atualizações tecnológicas que foram feitas pela Petrobras.

Da mesma maneira, a refinaria Crown, teve a mesma coisa, quer dizer o que nós temos hoje na unidade de destilação por exemplo da refinaria Crown, não tem mais nada a ver com a unidade de destilação lá em 1920.

Então a pergunta é, se a Crown, as negociações haviam sido feitas no segundo semestre de 2004 e a Astra assumiu o controle em janeiro de 2005, se isso está correto? Nós temos essa informação também, embora é uma informação sobre uma empresa de terceiros. Isso foi o que a Astra nos disse, mas nós não checamos na documentação etc.

Bem, quanto a Astra pagou pelos ativos da refinaria é um tema já bastante polêmico, já houve várias vezes essa pergunta colocada para diferentes pessoas da Petrobras. O que nós temos dentro da Petrobras é o que foi declarado em uma das apresentações da Presidente Graça, que o total que foi pago pela Astra, não diretamente à Crown, mas também nos investimentos, nos compromissos que ela assumiu, nos acordos que ela tinha para resolver, somou cerca de US\$360 milhões.

Esses acordos, é bom talvez situar um pouco a situação do que estava ocorrendo. Essa refinaria, quando era da Crown, nos últimos anos antes da Astra adquirir, essa refinaria estava parada, com problemas graves em duas áreas: problemas trabalhistas, porque toda... Nos Estados Unidos, em muitas atividades, os sindicatos não têm peso, mas, na área de refino, o sindicato é bastante forte. Então, nessa refinaria havia uma pendência muito grande trabalhista, havia greves que não tinham sido resolvidas, empregados que foram readmitidos sem pagar os direitos etc., então, havia isso antes de a gente entrar, quando a Astra ainda estava adquirindo.

Um segundo grupo de pendências muito importante era na área ambiental. Na área ambiental, essa refinaria tinha problemas da sua própria instalação e problemas de que os produtos dessa refinaria, a gasolina, já tinha um teor por exemplo de enxofre, fora do especificado nos Estados Unidos. Então, ela estava impedida de operar por quê? Ela tinha um problema trabalhista e, se operasse, o órgão ambiental imediatamente determinaria que fosse parado.

A Astra, quando entrou, teve que resolver esses problemas, sejam os problemas de pessoal, sejam os problemas com a área ambiental. Então, o que



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

eles fizeram? Na área ambiental, por exemplo, eles assinaram compromissos de investimento.

Há um acordo entre a Astra e o EPA, o órgão de meio ambiente dos Estados Unidos, segundo o qual ela se compromete, num certo prazo, a fazer os investimentos necessários para adequar a refinaria a voltar à operação. E pede, ao mesmo tempo, um *waiver* – uma permissão, uma concessão para operar provisoriamente, sem ter atendido, ainda, essas condições.

Quer dizer, ela disse para o órgão ambiental: "Eu pretendo, num prazo X, fazer todos os investimentos necessários para voltar a operar dentro da legislação, mas eu preciso, nesse intervalo, de uma permissão para operar, ainda que fora." Isso foi dado, isso foi uma coisa muito importante e que custou dinheiro, não só no momento, como, também, durante essa fase de investimento.

Então, esse total de 360 reflete todo esse conjunto. Quando se ouve que é 42 milhões, etc., isso foi o cheque que foi dado diretamente entre as duas empresas. Agora, o que a Astra assumiu de compromisso para poder voltar a operar a refinaria, também a Petrobras, no momento em que entrou, beneficiou-se de tudo isso.

Uma das perguntas que se faz é: "Então, por que a Petrobras não comprou, em lugar da Astra, foi lá direto e comprou?" Eu diria, com a experiência que eu tenho de Petrobras, dificilmente, a gente propor para a diretoria da Petrobras uma aquisição de uma refinaria com problemas trabalhistas, problemas ambientais, eu diria que é muito difícil que a diretoria da Petrobras aceitasse fazer esses acordos todos que a Astra fez, principalmente, num outro país. No Brasil, talvez, fizesse; fora do Brasil, muito difícil que isso fosse à frente. Então, dizer: "Por que a Petrobras não comprou, em lugar da Astra?" Porque nós teríamos que assumir coisas que não estávamos preparados para assumir.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Próximo bloco, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador José Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com relação às consultorias, na resposta anterior, o depoente já adiantou, aqui, sobre as várias consultorias. Portanto, Sr. Presidente, vou deixar de perguntá-las.

Vou para o item 21. Sobre a negociação, dos primeiros 50% da refinaria e da comercializadora, o Sr. Nestor Cerveró disse, a esta CPI, que a Diretoria Executiva da Petrobras pretendia comprar 70% da refinaria de Pasadena.



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

De uma certa forma, o depoente já adiantou que iria comprar 60%... iria comprar 100%, depois propôs 70%, mas a Astra sempre apresentou a venda de 50%.

Esse tema foi objeto de deliberação da Diretoria em 18 de agosto de 2005 e em 29 de setembro de 2005. Por que as negociações não avançaram sobre os percentuais que a Petrobras, primeiro, pretendia?

Em 6 de dezembro de 2005, a Astra apresentou uma contraproposta final para os 50% da refinaria e os 50% da comercializadora pelo valor de US\$359 milhões, que são os 360 a que V. Ex<sup>a</sup> fez referência. Esse preço era compatível com o mercado? Como a Petrobras reagiu a essa contraproposta da Astra?

É esse, Sr. Presidente, o bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Devolvo a palavra ao nosso depoente.

**O SR. LUIS CARLOS MOREIRA DA SILVA** – Obrigado.

Bem, a primeira pergunta, nós pretendíamos comprar 70%, e a Astra sempre se mostrou interessada em manter 50% de propriedade. Então, isso nos levou, depois de muito tentar avançar com a Astra... Por que a Astra não queria ter menos de 50%? Porque ela sendo minoritária, a solução para qualquer decisão, quando você tem um sócio mais forte do que o outro, é você... O sócio mais forte propõe ao sócio mais fraco fazer os investimentos. Se ele não quiser fazer, você faz sozinho e o outro entra em diluição.

Essa é a prática do mercado. Eles não queriam estar sujeitos a isso; eles sabiam que a Petrobras era uma empresa muito maior que a Astra e que teria capacidade de fazer isso. E já sabiam, desde o início, que nós pretendíamos investir para poder processar o petróleo nacional.

Então, na verdade, eles queriam ter o poder de 50-50. Era um poder equilibrado, então eles teriam muito mais força 50-50 do que 70-30. Nós reconhecemos isso, apesar de que desejávamos os 70-30. Mas o preço que se falava, inclusive esse que está mencionado aqui, era um preço que nos parecia bastante interessante.

Havia várias questões importantes. Primeiro, o preço. Desses 360, na verdade, metade da refinaria seria metade da refinaria e metade da comercializadora.

Há também muitas perguntas sobre o que significa comprar metade de uma comercializadora. O que uma comercializadora tem de valor são contratos de venda de derivados; ela tem autorização para utilizar os *pipelines*, o Colonial Pipeline, por exemplo. Isso estava na comercializadora e não na refinaria. E ela tinha a prática de utilizar o chamado *hedge*.



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

Você, para se proteger... Você como *trading*... Acho que é importante entender isto: uma empresa de *trading*, uma empresa somente comercializadora, não tem ativos normalmente. Então, a exposição dela é muito grande; ela tem que comprar petróleo e vender derivados. Se houver uma variação do preço de petróleo em relação a derivado, neste instante, neste período entre... Porque a compra de petróleo e a venda de derivado não são ao mesmo tempo; você compra o petróleo, ele tem que chegar e, depois de 15 dias, 20 dias, você está efetuando a venda. Se nesses 20 dias ocorrer uma variação, no momento em que você vai vender os derivados, você pode vender com um grande prejuízo. Então, as empresas de *trading* costumam ir à Bolsa de Futuro de Nova York – existem vários títulos que se compra na Bolsa de Futuro de Nova York – exatamente para se proteger desse tipo de risco.

Então, a empresa, a Astra, o que ela fazia – e que nós não sabíamos fazer, nós não tínhamos o *expertise* de fazer isso; no Brasil não se faz isso – era exatamente saber atuar nos Estados Unidos, utilizando esses benefícios que a bolsa de futuro dava.

Então, nós achamos que a Astra era uma boa sócia, porque ela detinha um *know-how* que nós não tínhamos – que era essa parte toda de comercialização, de proteção da comercialização. E o preço que estava sendo negociado nos pareceu interessante – comparado com as aquisições que estavam ocorrendo naquele momento em 2005.

Então, o Presidente Gabrielli já apresentou aqui, mas, se quiser, nós podemos repetir: várias aquisições foram feitas naquele período – entre US\$6.000 ou US\$14.000 por barril por dia etc. E a nossa aquisição foi US\$3.800. Quer dizer, esse preço que nós falamos aqui corresponderia a US\$3.800 por barril de capacidade.

Com isso, quando se compara com no índice dólar por barril de capacidade, essa refinaria estava bem mais barata do que as demais. Então, nós achamos interessante porque era barata; achamos interessante porque havia um sócio de que nós íamos precisar – se a gente adquirisse outra refinaria, íamos ter que buscar um sócio que conhecesse a área de *trading*. Ali nós já tínhamos o sócio. Então nos pareceu interessante prosseguir com a Astra.

Essa proposta de US\$359 milhões – aproximadamente US\$360 – foi a que foi acertada. A Petrobras aceitou essa proposta, e a aquisição, que se deu nos primeiros meses de 2006, foi baseada nessa proposta.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Próximo bloco.

Sobre a reunião da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração – compra dos primeiros 50%. A Diretoria Executiva apreciou a oferta final da Astra na reunião ocorrida em 12 de fevereiro de 2006.



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

Quem defendeu o tema na reunião da Diretoria Executiva?

Foi V. S<sup>a</sup> quem assinou o documento interno do Sistema Petrobras, o chamado DIP para a Diretoria Executiva aprovar a compra dos primeiros 50% de Pasadena?

O que esse DIP continha?

O DIP informava à Diretoria Executiva das cláusulas Marlim e opção de saída?

Se não informava, por que a omissão?

Em depoimento a esta CPI o Sr. José Sérgio Gabrielli, o Sr. Nestor Cerveró e a Sr<sup>a</sup> Graça Foster disseram que, em 3 de fevereiro de 2006, o Conselho de Administração recebeu um resumo executivo elaborado pela Diretoria Internacional, que não informava as cláusulas contratuais de Marlim e opção de saída. A apresentação feita ao Conselho também teria omitido essas cláusulas?

Esse resumo executivo feito com base no DIP foi elaborado por V. S<sup>a</sup>?

Qual a importância dessas cláusulas para uma negociação como a de Pasadena?

V. S<sup>a</sup> acredita que se o resumo executivo contivesse as cláusulas de Marlim e opção de saída, a compra de Pasadena seria rejeitada?

Esse, Sr. Presidente, o último bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o depoente.

**O SR. LUIS CARLOS MOREIRA DA SILVA** – Obrigado.

A primeira pergunta diz respeito a quem defendeu o tema na reunião da Diretoria Executiva. Fui eu que defendi o tema, fui eu que preparei a apresentação em PowerPoint para a Diretoria Executiva.

É importante citar aqui um fato. Como era a primeira vez que a gente estava adquirindo uma refinaria nos Estados Unidos, nós optamos por ir à Diretoria Executiva várias vezes, antes da decisão final de compra, exatamente para atualizar a Diretoria Executiva dos problemas, das soluções, etc., para que, pelo ineditismo que havia em comprar uma refinaria nos Estados Unidos ... Nós já tínhamos comprado refinarias na Bolívia, já tínhamos comprado refinarias na Argentina, mas nos Estados Unidos era a primeira vez e havia todo, digamos, um ineditismo, um pioneirismo.

Na verdade, essa reunião do dia 2 de fevereiro de 2006, era apenas mais uma das reuniões, a reunião final. E nós já tínhamos levado, nas reuniões anteriores, a questão dessas cláusulas, todas as cláusulas do contrato, seja a cláusula de *put*, seja a cláusula Marlim, etc., já eram do conhecimento da diretoria, não no dia 2, mas antes. Nós já tínhamos apresentado essa cláusula.





*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

Eu me lembro, por exemplo, de que o Diretor Estrella, que é da área de exploração e produção, chegou a dizer: "Não, essa cláusula é essencial para que a gente tenha o poder de garantir que nós vamos processar nessa refinaria o petróleo brasileiro", porque esse era o objetivo que estava no planejamento estratégico. Não adianta a gente adquirir uma refinaria, ser um bom negócio, vender. Não era isso que a Petrobras estava querendo. Ela estava querendo era processar o seu petróleo no exterior, porque havia excedente de petróleo pesado. Nós vendíamos esse petróleo com pesos, não vou chamar prejuízo, mas éramos obrigados a praticar descontos bastante elevados em relação ao petróleo de referência, que é o Brent.

Todas as produtoras de petróleo vendem o seu petróleo dizendo: "O meu petróleo vale Brent mais cinco, Brent menos cinco, etc. Quer dizer, o preço do petróleo Brent é utilizado como uma referência. E nós sempre vendíamos o petróleo pesado brasileiro com Brent menos alguma coisa. Chegamos a vender com Brent menos US\$15. E por que isso? Exatamente porque esse petróleo era bastante pesado e muito particular. Além de pesado, ele tinha problema de teor de nitrogênio, que causava problemas dentro da refinaria, para não entrar na área muito técnica.

Enfim, ele tinha outros problemas, tinha acidez naftênica também, que obrigava que a refinaria investisse na metalurgia dessa unidade, etc. Então, isso levou, levava a Petrobras a praticar uma exportação com um desconto muito elevado. Se adquiríssemos essa refinaria, instalássemos nela uma unidade já preparada para esse petróleo nosso – então, ela já estaria preparada para receber acidez naftênica alta, está certo?, um petróleo com uma densidade maior, etc., tudo isso –, nós estaríamos colocando ali o ideal. Nós deixaríamos de perder aqueles descontos que éramos obrigados a colocar e passaríamos a processar esse petróleo sem desconto e vendendo os derivados no melhor mercado do mundo. Por isso, essa proposta casava totalmente com o planejamento estratégico, e os resultados esperados eram os melhores. Então, para nós, a rentabilidade esperada era muito grande.

Então, nessa reunião do dia 2/2, nós apenas levamos. Aqui, então, estão os contratos, conforme o conhecimento da diretoria, porque nós já tínhamos ido várias vezes.

A pergunta é se fui eu que preparei o DIP. Fui eu sim. E o DIP informava todas as cláusulas de todos os contratos. Enfim, esse DIP tinha, não no corpo do DIP, mas nos seus anexos, porque o DIP, afinal, ficou, se não me engano, com 18 páginas, que já era uma coisa excepcional... Normalmente, não se tem um DIP tão grande, mas tinha os anexos e os anexos dos anexos. Então, se a pessoa consultasse os anexos e os anexos dos anexos, acharia todas as cláusulas de todos os contratos, etc. Ela, de fato, não estava escrita no texto do DIP. A



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

cláusula Marlim, a cláusula *put* não estava destacada no texto do DIP, mas ela aparecia nos documentos anexos.

Com relação ao resumo executivo, a apresentação feita ao Conselho... Esse resumo executivo foi feito com base no DIP? Bom, esse resumo executivo foi preparado pelo Diretor Nestor, que seria a melhor pessoa para responder se ele se baseou no DIP ou não. Ele já fez o seu depoimento aqui.

Qual é a importância dessas cláusulas para uma negociação com Pasadena? Bom, na minha opinião, essas cláusulas são comuns, não interfeririam na decisão do negócio e eram bastante, digamos, simples e diretas. Por exemplo, a cláusula Marlim estava ligada ao fato de que, embora tivéssemos só 50% da refinaria, queríamos dispor da alocação de petróleo para 70%. Então, tinha que haver algum tipo de compensação para os sócios. Nós estávamos avançando sobre uma parte que era dele.

A última pergunta é difícil responder: se o resumo contivesse as cláusulas Marlim, a compra seria rejeitada?. É difícil dar uma resposta em cima de uma hipótese. Eu prefiro não responder essa pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Questiono o Senador Antonio Carlos Rodrigues se deseja fazer alguma pergunta ou se está satisfeito com o depoimento.

Senadora Vanessa.

Senador Humberto.

Senador José Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Satisfeito.

Eu queria agradecer ao Dr. Luis Carlos Moreira pelo seu depoimento, mas queria, sobretudo, o respeito que o senhor tem nesta convocação a esta Comissão.

Eu quero comunicar que o Dr. Luis Carlos está de luto, e nós não o convocamos na semana anterior em respeito a esse luto. Ele perdeu prematuramente o seu filho Júlio.

Neste momento, nós queremos agradecer a sua presença e agradecer o respeito que o senhor tem à sua história de funcionário da empresa e a forma como o senhor se declarou em todos os momentos, responsável pelos atos que praticou ao longo dos seus 35 anos de carreira. O senhor está dispensado.

**O SR. LUIS CARLOS MOREIRA DA SILVA** – Obrigado.



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Convido meu Presidente, Senador Antonio Carlos Rodrigues, para encaminhar o depoimento do Dr. Pedro Aramis de Lima Arruda.

Peço que a Secretaria conduza o Dr. Pedro Aramis de Lima Arruda.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Quero agradecer a presença do Coronel do Exército, Pedro Arruda, Gerente de Segurança Empresarial da Petrobras, que presidiu a comissão interna de apuração que investigou as denúncias de que funcionários da Petrobras teriam recebido propinas da SBM Offshore.

Muito obrigado.

Pedro, o senhor está com a palavra.

**O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA** – Sr. Senador Vital do Rêgo, Presidente da Mesa; Sr. Vice-Presidente, Senador Antonio Carlos Rodrigues; Sr. Relator, Senador José Pimentel; Srs. Parlamentares; senhoras, senhores, é uma satisfação muito grande dispor da oportunidade de estar aqui contribuindo com os trabalhos desta Comissão.

Vou ocupar alguns minutos me apresentando. Eu me considero um velho soldado e um jovem petroleiro. Velho soldado porque ingressei na Academia Militar em 1969, formei-me em 1972, tive uma carreira praticamente padrão dos oficiais de infantaria e, depois, no Estado-Maior, tive também algumas oportunidades interessantes. Fui indicado pelo Exército para cursar a Escola de Guerra do Exército nos Estados Unidos, que é um curso para coronéis, forte em estratégia e em relações internacionais. Estive também, depois disso, como Adido de Defesa do Exército em Luanda, o que também foi uma experiência profissional muito enriquecedora. O país estava em guerra, então, foi bem interessante desse ponto de vista profissional.

Por um período também estive trabalhando aqui na Presidência da República, na gerência do Programa Calha Norte. Então, foi uma vida orientada para lidar com riscos, apresentar soluções para mitigar esses riscos. Entendo que, por força dessa circunstância, o Presidente da Petrobras, Dr. Gros, pediu ao Gabinete de Segurança Institucional que indicasse um coronel da reserva para ocupar a função de Gerente de Segurança Empresarial da Petrobras, e fui apontado, então, para essa função e estou lá há 12 anos.

Nesse período, procurei desenvolver junto com a equipe uma atividade predominantemente preventiva, trabalhando, buscando evitar as perdas para a companhia. Então, foram 12 anos, ou vêm sendo 12 anos que eu me dedico a essa atividade. Muito treinamento, muita conscientização dos nossos empregados.



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

Quando também é necessário, também trabalhamos em comissões internas de apuração, como é o caso desta que eu tive agora a oportunidade de coordenar, e que buscou averiguar os fatos relativos às denúncias que abrangiam a empresa SBM.

A SBM é uma empresa holandesa. É o segundo maior provedor de navios do tipo FPSOs, que são plantas industriais, estabelecidas em cima de um navio. Eles permitem a extração do óleo, armazenam esse óleo, e depois o transferem para um navio chamado aliviador.

Mas a nossa comissão buscava apurar as denúncias de potencial favorecimento a empregados da Petrobras.

Então, a Petrobras dispõe de um padrão para o funcionamento dessas comissões internas de apuração. Esse padrão estabelece que a comissão deve buscar esclarecer os fatos e apresentar também propostas para a melhoria de processo ou, quando se configura alguma suspeita de crime ou alguma indicação de perda patrimonial para a companhia, ela aponta também recomendações para o encaminhamento dos trabalhos aos órgãos pertinentes, ou também objetiva o ressarcimento de eventuais perdas.

Especificamente, em relação à comissão que tratou das denúncias da SBM, nós procuramos trabalhar de acordo com as prescrições dessa normativa. No mesmo dia em que foram publicadas as denúncias no *Valor Econômico*, a comissão foi instituída e, logo de imediato, começamos os nossos trabalhos procurando, num primeiro momento, levantar os contratos que a Petrobras tinha com a SBM, procurar um entendimento preliminar desses contratos. A partir daí, nós fizemos uma convocação de um empregado da SBM que exercia a função de diretor de governança e conformidade daquela empresa.

Então, tivemos oportunidade de entrevistá-lo e, ato contínuo a essa entrevista com esse senhor, nós identificamos uma oportunidade de colher mais informações na Holanda. E fomos até lá, onde estivemos expostos a um conjunto de apresentações pelas pessoas que conduziram as investigações internas da SBM.

Então, tivemos apresentações pela equipe de auditoria da SBM e por equipes de dois escritórios de advocacia que foram contratados não apenas para proceder à investigação, mas também para propor medidas de melhoria nos procedimentos daquela empresa com vistas a evitar que novos incidentes viessem a ocorrer ou pudessem ocorrer.

Então, passamos lá também a ter acesso a um conjunto grande de documentos. E, ao voltarmos ao Brasil, nós procuramos verificar o trabalho que havia sido feito pela nossa auditoria, analisando todos os contratos. A partir daí, nós levantamos pessoas que deveriam ser entrevistadas. Entrevistamos um total de 24 pessoas. Depois disso, procuramos analisar todas as informações recebidas,



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

de modo a produzir um relatório que procurasse espelhar o trabalho feito. Nós procuramos ir até onde possível, aplicando todas as ferramentas que estavam ao nosso dispor.

Então, esse foi o trabalho da comissão. E, a partir de agora, eu me coloco ao dispor dos Srs. Senadores para atender às demandas específicas que tenham a respeito desse trabalho na comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Passo a palavra ao Senador José Pimentel, Relator, para fazer suas perguntas ao convidado.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Pedro Aramis de Lima Arruda, V. S<sup>a</sup> foi convocado para prestar depoimento sobre o Eixo 2 desta CPI, que trata da SBM Offshore.

Sobre as denúncias de que a SBM Offshore teria pago propina a funcionários da Petrobras, quando e como a Petrobras tomou conhecimento de denúncias...

Para facilitar, vou passar para o senhor as perguntas, para o senhor não ter de copiá-las.

**O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA** – Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Quando e como a Petrobras tomou conhecimento de denúncias de que a empresa holandesa SBM estava sob a investigação de autoridades da Holanda, da Inglaterra e do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, desde 2002, por supostos pagamentos de subornos a empresas, inclusive estatais, em vários países, entre eles o Brasil?

O representante da SBM Offshore no Brasil, o Sr. Philippe Jacques Levy, afirmou, em depoimento ao Ministério Público Federal, no dia 3 de abril de 2014, que integrantes da Petrobras sabiam das suspeitas de pagamento de suborno a funcionários da estatal desde 2012. O senhor confirma essa informação? A Petrobras apurou diligentemente tais denúncias?

Quanto tempo duraram os trabalhos da comissão interna da Petrobras? Houve depoimento da SBM a essa comissão? Se sim, de quem?

Houve depoimento do Sr. Julio Faerman a essa comissão? Ele confirmou ou negou as denúncias? Quem é o Sr. Julio Faerman? Quais as relações dele com a Petrobras? O Sr. Julio Faerman já trabalhou na Petrobras? A Petrobras ainda mantém contato com o Sr. Julio Faerman? A Petrobras fez pagamentos diretos ao Sr. Julio Faerman?

Durante o processo de apuração conduzido pela comissão interna da Petrobras, os contratos foram investigados? Qual foi a conclusão dessa comissão interna de apuração com relação à denúncia de que funcionários da



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

Petrobras teriam recebido propina da SBM? Houve alguma constatação nessa apuração de pagamento de US\$139 milhões a intermediários e/ou funcionários da Petrobras? A Petrobras está respondendo a alguma ação no Brasil por conta dessas denúncias?

Esse, Sr. Presidente, é o primeiro bloco de perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – A palavra é concedida ao depoente, para ele dar suas respostas.

**O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA** – A pergunta nº 1 é: a Petrobras tomou conhecimento de potenciais desvios por pagamentos potencialmente irregulares pela SBM ou por seus agentes? Em dois momentos. O primeiro momento foi durante uma reunião ocorrida em 2012. Era uma reunião de negócios, em que representantes da SBM sinalizaram que eles estavam fazendo uma investigação e que essa investigação estava focada em países africanos. Na ocasião, as pessoas da Petrobras que estavam presentes perguntaram se havia algum indício ou referência de que qualquer empregado da Petrobras pudesse estar envolvido em algum ato irregular, e houve uma resposta negativa para tal fato.

Em seguida, salvo engano dia 14 de fevereiro de 2014, o *Valor Econômico* publicou uma reportagem em que apontava um conjunto bastante robusto de denúncias envolvendo possivelmente empregados da companhia. Imediatamente a companhia adotou então a providência de constituir uma comissão interna de apuração para esclarecer os fatos relacionados a essas denúncias.

Pergunta 2 confirma já a resposta que eu apresentei. Realmente, na reunião existente com gestores da Petrobras, foi mencionado que a SBM havia identificado pagamentos potencialmente indevidos, mas nada que pudesse envolver a Petrobras ou alguém no Brasil. A Petrobras procurou apurar diligentemente tais denúncias. Nós trabalhamos, utilizando todas as ferramentas disponíveis, por 44 dias. Tínhamos um prazo inicial de 30 dias; esse prazo depois foi estendido por mais 15, para que pudéssemos concluir as nossas análises.

A pergunta 4, se houve depoimento da SBM a essa Comissão. Afirmativo. Nós tivemos depoimento do Sr. Sietze Hepkema, que era ou ainda é o diretor de governança e conformidade da SBM. Esteve também presente a essa entrevista o Sr. Philippe Jacques Levy, que é o representante e empregado da SBM aqui no Brasil, é o principal empregado dessa empresa hoje aqui no Brasil.

Pergunta 5. O Sr. Julio Faerma também compareceu perante a comissão. Nós fizemos a ele várias perguntas, mas ele negou qualquer pagamento indevido a empregados da Petrobras ou a terceiros por eles indicados. Então, ele negou as denúncias.



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

Quem é o Sr. Julio Faerma? O Sr. Julio Faerma é uma pessoa já de idade avançada, ele tem mais de 70 anos. Ele foi empregado da Petrobras no período de 1964 a 1968. Trabalhou na Bahia, na exploração de campos terrestres, e deixou a Petrobras, deixou o trabalho na Petrobras porque, segundo ele declarou na comissão, teve problemas de saúde com um filho. Então, não podendo tratá-lo na Bahia, ele veio para o Rio, depois teria migrado para os Estados Unidos, onde ficou trabalhando numa empresa que foi adquirida pela SBM. Então, a partir daí, ele passou a estabelecer um contrato de representação da SBM no Brasil com exclusividade.

Se ele já trabalhou na Petrobras, eu respondi.

O último contato do Sr. Faerma, a pergunta número 8, o último contato dele com a Petrobras foi quando entrevistado por nossa comissão nos últimos dias de abril deste ano.

Pergunta 9. A Petrobras não fez pagamentos diretos ao Sr. Faerma ou a qualquer de suas empresas. Os pagamentos eram feitos regularmente para a empresa SBM, de acordo com o estabelecido contratualmente e nos prazos ajustados por esses contratos e valores também ajustados nesses contratos.

Pergunta 10. Sim, todos os contratos foram verificados, foram auditados, esta seria a palavra mais adequada, por uma equipe da nossa auditoria interna. Então, esses auditores se debruçaram sobre esses contratos durante praticamente todo o prazo disponível para comissão. De seu trabalho resultou que esses contratos foram executados de acordo com as normativas internas da Petrobras seguindo as regras de governança da Petrobras.

Como já falei aqui, com todas as ferramentas que nós utilizamos, nós não identificamos indícios de que empregados nossos pudessem ter auferido alguma vantagem de natureza pessoal, seja ela pecuniária, seja ela por algum tipo ou outro de favorecimento.

Pergunta 12, a questão do pagamento de valores a intermediários e/ou funcionários da Petrobras. O registro que nós obtivemos foi de pagamentos da ordem de 130 milhões – nós não conseguimos precisar o valor – para as empresas do Sr. Faerma, mas não foi identificado qualquer pagamento de direto a empregados ou terceiros, a mando de empregados ou sob orientação de empregados da Petrobras.

Pergunta 13. A Petrobras não responde a qualquer ação, seja no Brasil, seja em outro país por força dessas denúncias.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Passo a palavra novamente para o Sr. Relator, o Senador José Pimentel.



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, este bloco diz respeito às investigações no exterior das denúncias envolvendo a SBM.

A Petrobras está respondendo a alguma ação no exterior por conta dessas denúncias? A anterior era no Território Nacional.

A Petrobras foi notificada pelo Ministério Público da Holanda?

A Petrobras foi notificada pelas autoridades da Inglaterra? Da mesma forma pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos?

Quais as providências adotadas pela Petrobras em relação às investigações que correm na Holanda, na Inglaterra e nos Estados Unidos?

É esse o bloco, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra o depoente para as suas respostas.

**O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA** – Perfeitamente.

A resposta às perguntas 14, 15, 16 e 17 é negativa. Não há ações no exterior. E a Petrobras também não foi notificada.

Agora, quanto às providências adotadas pela Petrobras são aquelas que a companhia normalmente adota quando ela se depara com alguma situação que fuja aos procedimentos normais da companhia. É atitude de total colaboração com as autoridades. Nós procuramos contato com o Ministério Público da Holanda, com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, dispendo-nos a apresentar o que encontramos no trabalho da comissão, de modo que a atitude é de inteira colaboração com as autoridades.

Em relação à Inglaterra, nós não temos informação de qualquer processo existente na Inglaterra.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra o Relator, Senador José Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Presidente, sobre viagens de funcionários da Petrobras com patrocínio da SBM.

É verdade que empregados da Petrobras viajaram a Mônaco, para participarem do Grande Prêmio da Fórmula 1, e à África do Sul, para participarem da Copa do Mundo de Futebol patrocinados pela SBM?

Essa é outra pergunta, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra o depoente.

**O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA** – Durante os nossos trabalhos na comissão, nós não identificamos qualquer indício de que houvesse empregados da Petrobras favorecidos com viagens a Mônaco ou à Copa do Mundo de Futebol, patrocinados pela SBM como a pergunta aqui.





*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Satisfeito.

Com a palavra, o Senador Humberto.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor depoente, eu queria apenas fazer três perguntas. Talvez, eu não tenha entendido direito; mas, ao que parece, a Petrobras tomou conhecimento, em 2012, da possibilidade de que houvesse pagamento de propina a funcionários de estatais que se relacionavam com a SBM, entre essas estatais a Petrobras, aqui no Brasil. Isso foi em 2012. No entanto, a comissão definida ou o inquérito para fazer a apuração de pagamento de suborno, aconteceu em 2012... Por que não de imediato? Aliás, em 2014. Por que não de imediato a Petrobras, lá em 2012, quando soube da possibilidade de que houvesse algum tipo de pagamento de propina a funcionários para favorecer a SBM em contratos, já naquele momento, ela não tomou a decisão de instaurar esse inquérito, enfim, essa sindicância ou como se deseja rotular?

A segunda pergunta é que V. S<sup>a</sup> diz o tempo inteiro: "com os instrumentos de que dispomos", "utilizando todos os instrumentos de que dispomos". Esses instrumentos são eficazes, são eficientes no sentido de fazer uma investigação com essa relevância, com essa importância? Pelo que ouvi de V. S<sup>a</sup>, falou-se muito aqui de convocações, depoimentos... Enfim, há algum outro instrumento que pudesse ser utilizado no sentido de que ficasse mais transparente essa investigação?

Outra coisa: 44 dias o senhor considera ser tempo suficiente para que se faça uma investigação adequada?

Por último, pergunto e faço aqui um esforço de memória. Aqui, na pergunta nº 12, quando se fala: "Houve alguma constatação nessa apuração que confirme o pagamento de 139 milhões a intermediários e funcionários da Petrobras?" A pergunta que eu vou fazer não sei se V. S<sup>a</sup> teria condição de responder. Mas, ao que me consta, esses 139 milhões seriam o pagamento de uma Comissão a esse Sr. Julio Faerman, não é? Aí, eu pergunto: um valor, digamos assim, tão expressivo como esse, é normal como comissão que se pague a alguém ou ele poderia estar incluindo nesse meio recursos que seriam repassados a outrem, funcionários da Petrobras, enfim... Talvez, o Relator tenha essa resposta. Desde a primeira vez que ouvi essa informação, achei algo muito expressivo, um bom serviço para ser feito.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, respondendo a indagação de nosso Senador Humberto Costa, a Comissão já convocou o Sr. Julio Faerman para depor nesta Comissão e



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

requisitamos também uma série de documentos, como também o Sr. Philippe Jacques Levy. O que tem saído na imprensa é que a SBM paga a seus prestadores de serviço, em todos os países em que ela opera, 1,25% do valor do contrato a título de comissão. É isso o que nós queremos indagar tanto do Sr. Faerman quanto do Sr. Levy.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, o depoente.

**O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA** – Então, Senador, buscando esclarecer melhor a questão de 2012. Houve uma reunião de negócios, durante essa reunião de negócios, houve um comentário a respeito de possíveis pagamentos indevidos em países da África.

Na oportunidade, as pessoas da Petrobras que participaram da reunião perguntaram: "Foi identificada alguma coisa que possa envolver empregados da Petrobras?". E a resposta taxativa foi que não. Consequentemente, a Petrobras entendeu que não havia o que fazer naquele momento. Quando, em 2014, surgiu a denúncia no *Valor*, imediatamente a Petrobras constituiu a comissão, para fazer a apuração.

O senhor perguntou a respeito dos recursos que temos. Nós temos acesso a todos os contratos, a todas as pessoas que participaram dos processos licitatórios. Nós temos acesso aos contatos que essas pessoas fizeram fisicamente, nas instalações da Petrobras, e a telefonemas que elas tenham realizado com equipamentos próprios da Petrobras – não ao conteúdo desses telefonemas, mas quem falou com quem, das ligações partidas da Petrobras.

E também outras providências nós entendemos que fiquem a cargo das autoridades. Nós fizemos a entrega de todo o material que colhemos ao Ministério Público, à Controladoria-Geral da União e também ao Tribunal de Contas da União, e esses órgãos, então, poderão dar prosseguimento às investigações.

O senhor me perguntou, também, em relação ao prazo, e eu considero que sim, o prazo de 45 dias foi suficiente, porque nós esgotamos todas as informações que podíamos colher dentro do nosso alcance.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Satisfeito? (*Pausa.*)

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, que ocorrerá no dia 10 de junho, às 10h15, neste mesmo plenário, para a oitiva do Sr. Paulo Roberto da Costa, ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras.

Declaro encerrada a reunião.



*Senado Federal*

*Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

Tenham todos uma boa tarde.

*(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 4 minutos.)*

*Senador Vital do Rêgo*  
Presidente